

Comercialização de circuito curto: um estudo sobre a feira livre da agricultura familiar em Canindé, Ceará.

Gabriel Jucá Pereira Oliveira¹, Fernanda Schneider²

¹Graduando em Agronomia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, campus da Liberdade (CE), Brasil. Endereço: Av. Da Abolição, 3 – Centro, Redenção – Ceará. CEP: 62790-000. Contato: +55 (85) 3332.6101.

²Doutora em fitotecnia e Docente do curso de Agronomia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus Liberdade (CE). Atua na área de Economia Agrícola e Gestão da Atividade Agrícola. Brasil. Endereço: Av. Da Abolição, 3 – Centro, Redenção – Ceará. CEP: 62790-000. Contato: +55 (85) 3332.6101.

Resumo: *As feiras são espaços de comercialização desde o início da civilização e cultura humana, sendo importante via de trocas, não somente de mercadorias, mas também de cultura e saberes populares. Este estudo foi realizado em 2022 em Canindé-CE, município brasileiro com maior número de assentamentos de Reforma Agrária, e objetivou contar a história da feira livre de Canindé, assim como evidenciar sua importância para o escoamento de produtos agropecuários da agricultura familiar e traçar o perfil dos agricultores, e como a pandemia do Covid-19 modificou as relações comerciais. Foram utilizados formulários e entrevista para coleta de dados de agricultores-feirantes e consumidores. Foi registrado que a maioria dos agricultores-feirantes são do gênero masculino, embora a presença e importância feminina seja inquestionável. Os produtores têm como única, ou principal, fonte de renda as feiras. Boa parte dos consumidores encontram o que procuram nas feiras e consideram o preço justo. O consumo de produtos orgânicos sofre com a indisponibilidade ou pouca identificação. Conclui-se que é inquestionável a importância da feira livre para a renda dos agricultores e o acesso dos consumidores à alimentos de qualidade e preço justo, além de se fazer essencial o apoio do poder público para o fortalecimento da feira e da agricultura familiar local.*

Palavras-chave: *Agroecologia; Comércio justo; Covid-19; Reforma agrária; Segurança alimentar.*

Área Temática: *Comercialização agrícola.*

Short circuit commercialization: a study on the open markets of family farming in Canindé, Ceará.

Abstract: *Fairs have been commercialization spaces since the beginning of civilization and human culture, being an important way of exchanging, not only goods, but also culture and popular knowledge. This study was carried out in 2022 in Canindé-CE, a Brazilian municipality with the largest number of Agrarian Reform settlements, and aimed to tell the story of the Canindé open market, as well as to highlight its importance for the flow of agricultural products from family agriculture and to trace the profile of farmers, and how the Covid-19 pandemic has changed commercial relations. Forms and interviews were used to collect data from farmers and consumers. It was recorded that most farmers are male, although the presence and importance of women is unquestionable. Producers have fairs as their only or main source of income. Most consumers find what they are looking for at fairs and consider the price to be fair. The consumption of organic products suffers from unavailability or little*

identification. It is concluded that the importance of the open market is unquestionable for the income of farmers and the access of consumers to quality food at a fair price, in addition to making public support essential for the strengthening of the fair and local family farming.

Keywords: *Agroecology; fair trade; Covid-19; agrarian reform; food security.*

INTRODUÇÃO

Comercialização de circuito curto e feiras livres no Ceará

As feiras são estruturas que perduram na cultura humana desde os primórdios das civilizações. Ter um espaço de livre circulação onde é possível comprar e vender produtos, principalmente alimentos e artesanatos, já mostrava sua importância antes mesmo da criação da moeda, quando a comercialização era feita por trocas e permutas (DANTAS, 2008).

Nas últimas décadas, nossos hábitos alimentares estão mudando, com as pessoas buscando alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, livre de agrotóxicos e menos nocivos ao meio ambiente. Apesar da maioria dos consumidores ainda buscarem alimentos orgânicos em supermercados – principal representante do comércio de circuito longo – muitos estão procurando comprar direto com os produtores, sejam eles familiares ou não (GUZZATTI, SAMPAIO & TURNES, 2014).

Guzzatti, Sampaio e Turnes (2014) afirmam que os circuitos curtos de comercialização (CCC) são necessários para rever a relação de intimidade entre produtor e consumidor, perdido durante as evoluções agrícolas propostas a partir do século XX. Dessa forma, Renting *et al.* (2012) conceituam comercialização de circuito curto como sendo "*um sistema de interrelações entre atores que estão diretamente engajados na produção, transformação (como beneficiar, cortar ou embalar, se caso necessário), distribuição e consumo de alimentos*".

Para um melhor estudo, Darolt *et al.* (2013) dividem CCC em dois tipos: **venda direta**, quando o produtor é também o comerciante, seja em comércio de porta-a-porta ou em feiras, tendo o contato direto com o consumidor final, como em feiras, vendas na propriedade e cestas; e **venda indireta**, quando não há o contato produtor-consumidor, mas sim entre intermediário-consumidor, acontecendo normalmente em lojas especializadas, cooperativas, pequenos mercados, entre outros. Neste último, é importante que haja, no máximo, um único intermediário entre produtor e consumidor.

Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC, 2012), o crescimento do comércio em circuito curto é evidente. Pesquisas de 2012 mostram que haviam naquele momento 140 feiras ecológicas certificadas no Brasil, presentes em 22 das 27 capitais brasileiras, sem contar com as feiras de pequeno porte, normalmente municipais, que não são certificadas. As pesquisas indicam ainda que em feiras onde o próprio produtor rural estava

comercializando seus produtos, há maior número de vendas. Darolt (2012) e colaboradores afirmam que se os consumidores tivessem feiras próximas de suas casas, estes comprariam com maior frequência em feiras livres.

As feiras e os circuitos curtos no Ceará ainda caminham a passos lentos. De acordo com Araújo, Lima e Macambira, no livro *“Feiras Agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar”* de 2015, o Ceará não tinha uma Organização de Controle Social (OCS)¹ cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) responsável pela representação dos agricultores que formam as feiras, como acontece em outros estados nordestinos, como Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Os autores relataram, por meio de informações de ONGs, quinze municípios cearenses com feiras cadastradas, sendo eles Apuiarés, Capistrano, Crato, Fortaleza (Feira Agroecológica do Benfica), Itapipoca, Mauriti, Paracuru, Pentecoste, Quixadá, Quixeramobim, Trairi, Tururu, Umirim, Várzea Alegre e Viçosa do Ceará. Atualmente, de acordo com o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) junto ao MAPA, o Ceará possui 28 OCSs, distribuídas em 31 municípios (MAPA, 2022).

Como referência a Feira Agroecológica do Benfica, em Fortaleza, que ocorre quinzenalmente, é possível observar peculiaridades, se comparado às feiras dos demais municípios. Uma característica das demais feiras é a curta distância entre os produtores e o local da feira, pois os agricultores são de zonas rurais próximas da sede. No caso da feira de Fortaleza, os produtores são do Maciço de Baturité, e enfrentam cerca de 100 km para transportar os produtos até o local de comercialização. A feira conta com apenas duas barracas, que podem exemplificar o conceito de circuito curto. Em uma barraca são comercializados produtos de um sítio em Mulungu. A comercialização é feita diretamente pelos produtores, um casal. Enquanto a segunda barraca, comandada por dois produtores, comercializa produtos não somente desses agricultores que estão a frente, mas também de seis outros produtores, que não tem contato diretamente com o público. Ainda sobre os primeiros produtores, além de contar com o espaço da feira, escoam seus produtos por meio cestas entregues à domicílio, diretamente aos consumidores, que encomendam os produtos (ARAÚJO; LIMA; MACAMBIRA, 2015, p. 247-250).

¹ De acordo com o Decreto Nº 6.323/2007, OCS é grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade.

A comercialização de circuito curto é importante por garantir ao consumidor o contato direto com aqueles que produzem os alimentos que eles estão levando para casa. O contato mais próximo produtor-consumidor incentiva a manutenção das feiras, promove o justo mercado e fortalece a segurança alimentar e nutricional, visto que oferece à população alimentos em quantidade e qualidade à preço acessível para os consumidores, respeitando a cultura alimentar da região, e garante a renda dos agricultores familiares. Além disso, as feiras livres são espaços de disseminação da cultura nordestina, mobilizando e movimentando a economia, não somente dos municípios-sede das feiras, mas também de seus adjacentes.

Agricultura familiar e o contexto canindeense

A agricultura mostra-se fundamental para a manutenção da espécie humana. Desde a domesticação de animais e plantas, a humanidade se esforça para estabelecer conceitos, desenvolver tecnologias e adaptar a agricultura aos nossos voláteis estilos de vida.

Dentre os vários conceitos empregados pela ciência para classificar agriculturas está a agricultura familiar, que se caracteriza pela produção de pequena ou média escala, tendo como principais atores os membros da família, como explica Wanderley (2004, p. 43):

“(...) A ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado. Na Europa, esta posição é reforçada pelo fato de que não só as políticas agrícolas nacionais, como a própria PAC (Política Agrícola Comum), definiram como modelo de estabelecimento agrícola o estabelecimento familiar composto por duas unidades de trabalho, em geral, o casal familiar.”

No Brasil, o conceito de agricultura familiar vem fortemente atrelado ao Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996, que cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que surge com o objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996). Ainda, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, no seu artigo 3º, define como requisitos para a classificação de agricultura familiar aqueles que detenha uma área de, no máximo, quatro módulos fiscais; disponha, predominantemente, de mão-de-obra familiar; e tenha a renda familiar, mesmo que em um percentual mínimo, oriundo das atividades agrícolas.

Canindé é um município localizado na macrorregião Sertões de Canindé com população estimada em 77.484 habitantes (IBGE, 2020). Esta região era habitada pelos povos indígenas Tarairiús sendo, aos poucos, dominada por colonizadores portugueses. Em 1775, o português Francisco Xavier de Medeiros estabeleceu moradia às margens do rio Canindé e ajudou

fazendeiros locais a desenvolver lavouras e pecuária para comercialização de *carne-de-sol*² (IBGE, 1959). Xavier fundou a capela de São Francisco das Chagas. Uma vila foi estabelecida em torno da capela e seguiu crescendo, até originar a cidade. Por conta disso, Canindé é hoje um berço religioso no Ceará e atrai anualmente, nos meses de setembro e outubro, a Festa de São Francisco das Chagas, um dos mais significativos eventos religiosos do Brasil, reunindo muito fieis visitantes e movimentando a economia local (GONÇALVES, 2021).

O município de Canindé está presente na história da agricultura familiar brasileira. Em 1971, a Fazenda Japuara, depois de muitos conflitos judiciais, quatro mortes e muitos feridos, foi cenário para a primeira desapropriação para fins de reforma agrária no Brasil (BARROS, 2013). Hoje, Canindé é citado como o município brasileiro com maior número de assentamentos, totalizando 39 projetos federais, além dos acampamentos ainda não regularizados. Até 2020, eram 1.791 famílias assentadas. Considerando uma população rural de 27.598 habitantes, 26% desses são assentados da reforma agrária em Canindé (INCRA, 2020).

A luta pela terra é relatada desde os primórdios da década de 70 no Brasil, como resultado das inconsistências e não cumprimento das leis de acesso à terra, assim, camponeses organizados retomam as ocupações de terras que deveriam ser contempladas pela lei para fins de reforma agrária. Isso implicou, em 1981, no surgimento do acampamento Encruzilhada Natalina, no Rio Grande do Sul, símbolo da luta camponesa contra a ditadura militar e pela redemocratização do Brasil. Em 1984, no I Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel-PR, posseiros, atingidos por barragem, migrantes, meeiros, pequenos agricultores e parceiros de luta fundam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o ideal de lutar por terra, reforma agrária e melhorias sociais. A partir daí, o MST ganhou membros em todo o território nacional, sendo uma das principais representações do campesinato da América Latina. No Ceará, a primeira ocupação ocorreu em 1989, na fazenda Reunidas de São Joaquim, em Boa Viagem, Madalena e Quixeramobim, no sertão central, onde hoje está o assentamento 25 de maio. No mesmo ano o MST iniciou suas atividades em Canindé-CE (MST, 2022).

Pandemia de Covid-19 e as consequências para os agricultores

Com o avanço do novo coronavírus no Brasil e no mundo, medidas foram adotadas para

² Principalmente no Nordeste, utilizava-se uma técnica de conservação de carne bovina que consistia na desidratação da peça exposta ao sol, para preservar o alimento por mais tempo. Ao produto desta prática deu-se o nome de carne-de-sol. Hoje, essa técnica não é mais utilizada, sendo agora a carne levemente salgada e desidratada em ambiente controlado.

evitar a transmissão do vírus, que ocorre principalmente através do espirro ou de superfícies contaminadas.

Neste contexto, atividades presenciais foram suspensas em creches, escolas, universidades, além de alguns campos de trabalhos; além de bares, restaurantes, casas de show e a maioria das atividades em ambiente aberto, entre elas as feiras livres e comércios de rua. Com isso, inúmeras famílias perderam suas rendas, seja pelo desemprego ocasionado pela crise sanitária, ou ainda pela ausência de espaços para comercializar seus produtos, como é o caso dos produtores rurais de pequeno e médio porte, que tinham nas feiras a principal via de escoamento de suas produções. Valadares, *et.al.* (2020, p.7) relatam esse problema a seguir:

“As indústrias integradoras, que recebem parte da produção da agricultura familiar – principalmente de leite, aves e suínos –, começam a sinalizar uma redução da compra desses produtos, e as feiras livres e os mercados informais, por onde outra parte era escoada, deixaram de funcionar em muitas cidades em razão das quarentenas. Com isso, além da premência dos riscos de endividamento – com o vencimento próximo das parcelas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por exemplo –, surgem problemas para o armazenamento de uma produção perecível que não encontra compradores.”

Com a impossibilidade de comercializar nas feiras e as empresas de beneficiamento se recusando a receber os produtos, por conta da baixa demanda, parte das produções oriundas da agricultura familiar se perderam, dada sua perecibilidade e falta de estrutura para armazenagem, causando desperdício de alimentos e insegurança alimentar, por conta da perda da renda.

OBJETIVOS

O presente trabalho objetivou: a) conhecer e relatar a história das feiras livres do município de Canindé-CE, região do sertão cearense; b) conhecer os principais aspectos da comercialização de produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar e os principais produtos comercializados; c) traçar o perfil dos agricultores-feirantes e consumidores da feira livre de Canindé-CE; d) comparar os perfis de consumidores de circuito curto e longo em Canindé-CE e) entender os obstáculos existentes às atividades desenvolvidas no local; f) verificar se há importância nas feiras para o escoamento do excedente das produções dos pequenos agricultores da região; e g) compreender as limitações impostas pela pandemia de Covid-19 para os agricultores-feirantes.

METODOLOGIA

De início, faz-se necessário definir *metodologia* e Zanella (2011, p.22) traz à discussão

dois conceitos. No ramo da pedagogia, define-se metodologia como “o estudo dos métodos mais adequados para a transmissão do conhecimento”; enquanto no ramo científico e de pesquisa, “ocupa-se do estudo analítico e crítico dos métodos de investigação”. Assim, para acessar dados pessoais dos produtores rurais, como renda, produções e participações da família na comercialização desses produtos, torna-se indispensável conhecer primeiro a realidade dessas pessoas. Para a realização dos métodos científicos de trabalho com os agricultores foram utilizadas as ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo – DRP, que são técnicas que permitem o melhor diálogo entre agentes agrícolas e os agricultores, buscando entender a dinâmica daquela família, ou comunidade, e evidenciar as melhores formas de autogestão por conta da unidade familiar (VERDEJO, 2006).

O estudo foi realizado em Canindé, município distante 120 km de Fortaleza, capital do Ceará, sendo completamente abrangido pelo bioma Caatinga, com uma população estimada em 77.484 pessoas (IBGE, 2021). Em conjunto com os municípios de Boa Viagem, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti, Canindé compõe a região Sertões de Canindé (IPECE, 2017).

A pesquisa ocorreu entre os meses de maio e julho de 2022, com entrevistas e aplicação de questionários para agricultores-feirantes e consumidores, tanto *online* quanto *in loco*. Foi utilizado a plataforma *Google Forms* para esquematizar os questionários e, posteriormente, foi estruturado no *Microsoft Word* para serem impressos e aplicados *in loco*. O questionário referente aos agricultores-feirantes apresentou 34 perguntas, divididas em quatro grandes eixos: dados pessoais, dados da propriedade, dados de comercialização e conhecimento sobre agroecologia (quadro 1).

Quadro 1 – Informações do questionário aplicado aos agricultores-feirantes de Canindé-CE, aplicado em maio de 2022, divididas em três tópicos: dados pessoais, dados da propriedade e dados de comercialização.¹

Dados pessoais	Nome, gênero, estado civil, origem étnica, grau de escolaridade, idade, atividade desenvolvida (agricultor ou atravessador) ² , renda mensal e porcentagem oriunda da agricultura, acesso a programas sociais, e participação em organizações coletivas.
Dados da propriedade	Localização da propriedade, distância da sede, forma de acesso à terra, quem trabalha na produção, utilização de agrotóxicos, origem da água, qualidade da água, origem das sementes, acesso à ATER ³ e origem da ATER.
Dados de comercialização	Produtos de origem animal comercializados, produtos de origem vegetal comercializados, frutíferas comercializadas, local de comercialização (fora a feira), forma de transporte dos produtos, dificuldades na produção, dificuldades na comercialização, tempo de feira, acesso a feira, renda na pandemia de COVID-19.
Sobre	O que você entende por “agroecologia”?

Fonte: autoria própria, 2022.

Notas: ¹O questionário dispõe de perguntas objetivas e subjetivas. ²Alguns agricultores comercializam não somente seus produtos, mas também os produtos de parentes ou vizinhos que não atuam como feirantes, apenas como produtores, fazendo assim o papel de atravessadores; ³ATER – assistência técnica e extensão rural.

O questionário dos agricultores-feirantes foi aplicado nos dias 17 e 18 de maio de 2022 na feira livre de Canindé. Ao todo, encontravam-se 13 barracas comercializando produtos agrícolas na feira, sendo que apenas em uma delas não recebemos autorização para entrevista por parte da agricultora-feirante responsável.

As entrevistas iniciaram com a apresentação do entrevistador e da proposta de trabalho, estabelecendo uma linha de conversa com os entrevistados, com as perguntas sendo feitas e deixando espaço para os entrevistados contarem suas histórias, sem se prender necessariamente à formalidade do questionário impresso. Esse método de entrevista-conversa com os agricultores-feirantes possibilitou a obtenção de respostas que não foram previstas na elaboração do formulário, como a forma de transporte das mercadorias até o local de comercialização. Ao fim, totalizamos 12 questionários respondidos pelos agricultores-feirantes.

Os consumidores foram submetidos aos questionários tanto *in loco*, com entrevista enquanto transitavam pela feira, quanto de forma *online*, através do compartilhamento do questionário no *Google Forms*. Por isso, foram elaborados dois modelos de questionários, pois o modelo aplicado *online* apresentava alguns pontos a mais, considerando que poderia ser respondido por pessoas que não frequentavam as feiras. O quadro 2 apresenta os tópicos abordados no questionário aplicado aos consumidores. O que difere os dois modelos é o fato de que aquele aplicado *in loco* não apresenta o tópico “sobre supermercados e/ou comércios de bairro”, já que os entrevistados estão frequentando a feira. Para tornar o formulário *online* mais dinâmico, ao marcar a opção “não” na pergunta “você frequenta a feira livre de Canindé?”, o entrevistado é encaminhado diretamente para o tópico “sobre supermercados e/ou comércios de bairro”, não sendo necessário a navegação pelo tópico “sobre a feira”.

Quadro 2 – Informações do questionário aplicado aos consumidores de Canindé-CE, *in loco* e *online*, aplicado em junho de 2022, divididas em quatro tópicos: dados do consumidor, sobre a feira, sobre supermercados e/ou comércios de bairro e sobre agroecologia e produtos orgânicos.¹

Dados do consumidor	Gênero, idade, local onde mora, estado civil, origem étnica, grau de escolaridade, renda mensal, nº pessoas na moradia, consumo de hortifrutis, frequenta ou não a feira.
Sobre a feira	Há quanto tempo compra na feira, frequência de compras, produtos comprados de origem animal, produtos comprados de origem vegetal, frutas compradas, produtos não encontrados, principais razões de comprar na feira, como considera os preços, sobre a

	variedade dos produtos, em relação a qualidade dos produtos, sobre a localização da feira, sobre a disposição dos produtos na feira, sobre o atendimento dos agricultores-feirantes, sobre a divulgação da feira livre.
Sobre supermercados e/ou comércios de bairro	Produtos comprados de origem animal, produtos comprados de origem vegetal, frutas compradas, produtos não encontrados, principais razões para comprar nos mercantis, sobre os preços, sobre a variedade dos produtos, sobre a qualidade dos produtos,
Sobre agroecologia e produtos orgânicos	Você sabe o que é agroecologia ou produtos orgânicos? Você possui o hábito de consumir produtos agroecológicos ou orgânicos? Quais fatores dificultam o seu consumo de produtos agroecológicos ou orgânicos?

Fonte: autoria própria, 2022.

Notas: ¹O questionário dispõe de perguntas objetivas e subjetivas.

O formulário *online* foi disponibilizado aos consumidores através do envio do link para grupos de *WhatsApp* de familiares e amigos. Estes, por sua vez, reenviaram o link para seus grupos e, assim, foi criada uma rede de pessoas que tiveram acesso ao formulário. As respostas do formulário *online* foram registradas no *Google Forms* e armazenados em uma planilha do *MS Excel*. O formulário ficou aberto do dia 1 de junho e fechado dia 27 de junho de 2022.

A aplicação dos questionários *in loco* ocorreu nos dias 14, 15 e 21 de junho. O autor abordou consumidores aleatórios na entrada da feira. Inicialmente, houve a apresentação do autor/entrevistador e a proposta de trabalho, a fim de criar um vínculo entre entrevistador e entrevistado. O tempo de entrevista foi levado em consideração, procurando ser o mais breve possível, para evitar constrangimento e não atrapalhar a rotina dos consumidores.

Os dados coletados com os formulários impressos, tanto para agricultores-feirantes quanto para consumidores, foram transferidos para o *Google Forms* e gerados em uma planilha do *Microsoft Excel* para elaboração dos gráficos utilizados nos resultados e discussão deste artigo. Ao todo, foram registradas 63 respostas, sendo 36 no formulário *online* e 27 *in loco*.

Não foram encontrados registros na literatura que contasse a história da feira livre de Canindé. Sendo assim, nos dias 6 e 8 de julho, foram realizadas conversas com um dos agricultores-feirantes fundador da feira e uma representante do MST Canindé para conhecer um pouco da história desse espaço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A feira livre de Canindé

Com a necessidade de escoamento dos produtos excedentes da produção agrícola oriunda da agricultura familiar em assentamentos e acampamento de reforma agrária em

Canindé, o MST plantou a ideia da organização de feiras livres no município, visando fomentar a renda dos assentados e acampados, além de ofertar alimentos de qualidade e confiança para a população canindeense.

Em 2008, sob liderança do MST e apoio técnico da Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará (ACACE), 20 famílias deram início, na praça Cruz Saldanha, mais conhecida como Praça Azul, a feira livre de Canindé. Os agricultores e agricultoras ocuparam a praça até 2013, quando foram alocados para a rua Professora Mercês Santos, ao lado da Praça Azul, onde encontram-se atualmente. Muitas foram as promessas de um lugar próprio para a realização da feira, visto a precariedade da estrutura e abandono do poder público para com os agricultores e agricultores-feirantes no decorrer dos anos. Em maio de 2022, em evento na Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos de Canindé, o Poder Público municipal assinou uma ordem de serviço para a construção de um espaço voltado à comercialização de produtos agrícolas. Segundo os próprios agricultores-feirantes, eles não foram consultados sobre a proposta, a fim de expor suas opiniões e sugestões, posto que são os principais interessados. Os agricultores-feirantes relatam a não concordância com a proposta, visto que o local de construção do prédio fica na saída da cidade, distante do atual local de realização da feira, correndo assim o risco de desmobilizar os consumidores da feira, que se concentram no centro da cidade e arredores, perdendo assim totalmente o sentido do projeto. Para os agricultores-feirantes, o ideal seria um espaço no centro da cidade, beneficiando tanto os agricultores quanto os consumidores.

Em julho de 2022, a feira livre de Canindé voltou às atividades aos poucos. Devido a pandemia de Covid-19 e a proibição da realização de eventos com possibilidade de aglomeração a partir de fevereiro de 2019, a feira foi desmobilizada. Com a vacinação da população canindeense e o controle, mesmo que parcial, dos casos de infecção por Covid-19 no município, as famílias de agricultores-feirantes sentem-se mais seguros para retomar a feira e continuar a escrever a história da resistência do campesinato e a representação da agricultura familiar no contexto alimentar do sertão cearense.

Descrição dos agricultores-feirantes que compõem a feira livre de Canindé-CE

O gênero masculino predomina entre os agricultores-feirantes, equivalendo a 83% dos entrevistados, ou 10 agricultores-feirantes; enquanto apenas duas mulheres foram entrevistadas. Aqui, é importante ressaltar que algumas barracas apresentavam mais de um agricultor-feirante, estando presente outros membros da família. Em todas as situações em que isso foi observado, buscou-se priorizar a conversa com as mulheres presentes nas barracas, porém, os homens

tomaram a frente da entrevista. Um outro estudo seria necessário para levantar o protagonismo da figura feminina nas atividades do campo e de comercialização dos produtos agrícolas no município de Canindé. A presença da mulher no meio rural é inquestionável, porém, sua contribuição não recebe o valor devido. De acordo com o Anuário das Mulheres Brasileiras, de 2011, elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), levando em consideração a distribuição do pessoal ocupado na agropecuária brasileira, as mulheres ocupavam apenas 5% dos empregos permanentes e 6% dos empregos temporários, enquanto os homens ocupavam, respectivamente, 22% e 17%. O cenário muda quando comparada a distribuição de gênero no trabalho não-remunerado, onde as mulheres ocupam 31% e os homens 11%.³

Em relação ao estado civil dos agricultores-feirantes, 67% se apresentam como casados ou em união estável, 17% solteiros, 8% divorciados e 8% viúvos. O estado civil reflete diretamente nos personagens que estão por trás das feiras, trabalhando diretamente nas produções. Conforme informações dadas nas entrevistas, todos os agricultores-feirantes casados e em união estável contam com ajuda dos cônjuges na agricultura, enquanto os outros agricultores-feirantes trabalham sozinhos ou contam com ajuda de primos e irmãos.

Esse cenário é comum no rural brasileiro. Ramos (2014), em seu estudo *“Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local”* encontra uma realidade onde 85% das entrevistadas estão em casamento ou união estável. A autora justifica o matrimônio como uma importante ferramenta para conquista de *“projeção social, respeito na comunidade em que vivem e até mesmo representação social”*. Barbosa & Arriel (2018) trazem discussão semelhante quando afirmam:

“Este tipo de estabilidade matrimonial é bem característico dos camponeses, indicando uma necessidade de estruturação de núcleo familiar e consequente geração de renda nas unidades familiares de produção”.

Em relação a origem étnica dos agricultores-feirantes (Figura 1.a), 83% se autodeclaram pardos, 9% pretos e 8% indígenas, sendo representante do povo Karão-Jaguaribaras. Para o grau de escolaridade (Figura 1.b), 42% não concluíram o ensino fundamental, 25% apresentam ensino médio completo e 25% apenas assinam o nome. A faixa etária predominante está entre 41 e 50 anos (42%). Agricultores-feirantes entre 51 e 60 representam 25%, assim como os

³ Recomendação: podcast O Veneno Mora ao Lado, ep. 4: Mulheres e Quintais, produzido por Rádio Flutuante e Giovanna Nader.

agricultores-feirantes com idade acima de 60 anos. Agricultores-feirantes entre 31 e 40 anos representam 8%.

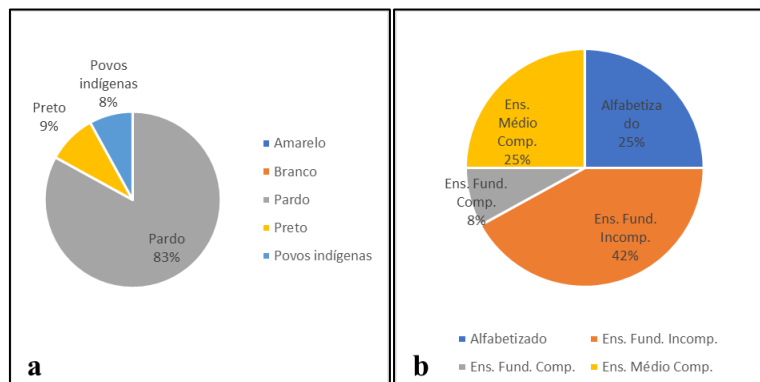


Figura 1 – (a) Origem étnica e (b) grau de escolaridade dos agricultores-feirantes de Canindé-CE.

Fonte: autoria própria, 2022.

Notas: *Karão-Jaguaribaras.

Dos agricultores-feirantes entrevistados, 58% alegaram ter uma renda média mensal de menos de um salário mínimo, enquanto 42% alegaram dispor de renda entre um e dois salários mínimos mensais. Ainda, 10 dos 12 entrevistados alegaram que os ganhos da feira equivalem de 75 a 100% da sua renda mensal, sendo, na maioria dos casos, a única fonte de renda da família. Isso é corroborado por Soares *et al.* (2016), quando afirmam que, em 2003, o Nordeste brasileiro tinha 65% da sua população agrícola vivendo na pobreza, e 30% vivendo na extrema pobreza. Como resultado de políticas públicas de desenvolvimento rural e transferência de renda, esses números diminuíram drasticamente, ficando em 36% de pessoas vivendo na pobreza e 8% na extrema pobreza. Apesar dos números serem significativos, o Nordeste ainda é a região brasileira com maiores índices de pobreza e extrema pobreza. A desigualdade, falta de incentivo e, conseqüentemente, a miséria, leva famílias, principalmente jovens, a deixar a zona rural e buscar oportunidades nos centros urbanos, promovendo uma população no campo cada vez mais velha.

Um ponto muito importante observado nas conversas é que apenas um dos agricultores-feirantes comercializa somente suas próprias produções. Os outros agricultores-feirantes comercializam, além de sua própria produção, produtos de outros agricultores da comunidade, seja comprando aqueles produtos para revender ou mesmo levando para a feira e retornando o lucro para os agricultores, ou ainda comprando produtos na Central Estadual de Abastecimento (CEASA) em Maracanaú para comercializar em suas barracas. A comercialização de produtos de terceiros está intimamente ligada ao acesso limitado à transporte entre a unidade de

produção/propriedade e a feira livre, e à estiagem, que ocorre na região entre os meses de junho e dezembro.

Os agricultores-feirantes pertencem a oito localidades e dois municípios, Canindé e Aratuba. Em Canindé, estão representados, além da sede, nos assentamentos Fé na Luta, Ipueira da Vaca, Tiracanga e Transval; além da localidade de Targinos e da reserva indígena Karão-Jaguaribaras, na localidade do Feijão, totalizando uma distância média de 34,3 km até a sede. Em relação ao acesso à terra, 50% dos agricultores-feirantes estão em assentamentos de reforma agrária, 42% em terras próprias e 8% em terras indígenas. Quanto ao transporte dos produtos para a feira, nove agricultores-feirantes utilizam transporte próprio e dois fazem uso de ônibus de lotação para transportar seus produtos, precisando pagar o valor da passagem e do frete de ida e volta, caso não venda todos os produtos na feira. Apenas um agricultores-feirante, morador da sede, faz uso de um carrinho de mão para transporte de mercadoria. Cinco dos 12 agricultores-feirantes comercializam seus produtos apenas na feira livre de Canindé. Os demais agricultores-feirantes vendem em outras feiras, como é o caso dos dois agricultores de Aratuba, que também participam da feira livre do município de origem; ou nas comunidades, com venda porta-a-porta ou no local de produção. Uma estrutura que permitisse aos agricultores-feirantes o armazenamento de suas mercadorias no local de realização das feiras seria uma alternativa para diminuir os custos de transporte. Além disso, disponibilizar semanalmente um transporte para garantir o traslado dos agricultores-feirantes de zona rural, tal qual suas mercadorias, garantiria a realização da feira e tiraria desses agricultores-feirantes, que já contam com pouca renda, os custos com passagens e combustíveis.

Os espaços precisam ser ocupados pela agricultura familiar e para tal é necessário que haja oportunidade, gerada principalmente pelo apoio e suporte do Poder Público, seja municipal, estadual ou federal. Sobre as ocupações dos espaços de protagonismo na economia regional, Maluf (2004) explica que esse tipo de comercialização, além de garantir uma facilidade aos consumidores, por encontrar alimentos de qualidade perto de casa, também carrega uma carga sociocultural:

“A proximidade física não é suficiente para gerar relações sistemáticas e sinérgicas entre os agentes econômicos instalados numa determinada região, relações que constituem condição para a conformação dos referidos circuitos regionais. Essas relações são construídas por processos que refletem as formas sociais de ocupação do território, as opções de estratégia dos agentes econômicos envolvidos e as ações públicas voltadas para promover as atividades econômicas locais e regionais”.

Em relação à ocupação do espaço e território de comercialização agrícola, os circuitos regionais e a agricultura de pequeno e médio porte promovem o que a agricultura de grande escala não seria capaz: a diversidade de produtos ofertados, o contato direto entre produtores e consumidores; e o fortalecimento da agricultura regional. A ocupação desses espaços se faz importante, inclusive, para reivindicar projetos e assegurar investimentos para o desenvolvimento da agricultura familiar local (MALUF, 2004).

A maioria dos agricultores-feirantes (64%) relatam que nunca fizeram uso de qualquer tipo de agrotóxico em suas produções agrícolas, enquanto 18% já utilizou e 18% utilizam atualmente. É importante observar que aqueles que afirmam que nunca utilizaram ou que deixaram de utilizar agrotóxicos estão ligados ao MST, seja como membros efetivos do movimento ou como assentados da reforma agrária. Isso se dá pelo fato de a agroecologia ser uma bandeira hasteada pelo movimento. Com isso, vale lembrar que agroecologia está além da produção livre de insumos químicos. Gliessman (2009) define seis pontos importantes para entender e classificar agroecologia, sendo eles: (i) baixa ou nenhuma dependência de insumos externos; (ii) uso de recursos naturais renováveis; (iii) mínimo de impacto ao meio ambiente; (iv) manutenção da capacidade produtiva; (v) conhecimento da população local; e (vi) satisfação das necessidades humanas. Com isso, entendemos que, antes de tudo, agroecologia é um estilo de vivência e sobrevivência, estando intimamente ligada ao direito a terra e a soberania e segurança alimentar e nutricional.

Dos agricultores-feirantes entrevistados, cinco utilizam água proveniente de poço nas atividades agrícolas, quatro de cisternas e açudes e um de lago e rio, além de todos utilizarem da agricultura de sequeiro nos anos de boa precipitação na região, visto que a instalação e manutenção de um sistema de irrigação ainda é inviável para muitos agricultores familiares. Nove agricultores utilizam reservas de sementes para os plantios, enquanto dois compram as sementes na CEASA e um utiliza sementes de banco de sementes e doadas pelo município. Além disso, 55% dos agricultores relatam que nunca receberam nenhum tipo de assistência técnica em suas produções, enquanto 45% afirmam que receberam assistência proveniente da secretaria de agricultura do município, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) e do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), para obtenção de crédito rural.

Entre os principais produtos comercializados na feira livre de Canindé (quadro 3) estão cebolinha, coentro, batata-doce, batata-inglesa, cebola e feijão. Há pouca presença de produtos de origem animal, sendo o principal representante os ovos de galinha caipira. A falta de estrutura para conservação dos produtos é um dos obstáculos relatados pelos agricultores-

feirantes para a ausência desses produtos. Apenas um agricultor-feirante alegou levar produtos de origem animal, porém, apenas sob encomenda dos consumidores, para evitar a perda de mercadoria.

Quadro 3 – Principais produtos comercializados na feira livre de Canindé, Ceará.

Origem animal		Origem vegetal		Frutas		Outros itens	
Produtos	Nº de barracas	Produtos	Nº de barracas	Produtos	Nº de barracas	Produtos	Nº de barracas
Aves vivas	1	Alface	1	Acerola	1	Arruda	2
Carne de ave	1	Batata-doce	9	Ata	5	Babosa	2
Carne de porco	1	Batata-inglesa	9	Banana	6	Bordados	1
Doce de leite	1	Cebola	9	Cajá	2	Capim santo	2
Leite de vaca	1	Cebolinha	11	Goiaba	1	Cidreira	2
Nata	2	Cenoura	7	Limão	8	Gengibre	2
Ovos	5	Coentro	11	Mamão	7	Mastruz	2
Peixe	1	Chuchu	3	Melancia	1	Romã	2
Queijo	2	Feijão	9	-	-	Vassoura de palha	1
-	-	Macaxeira	2	-	-	-	-
-	-	Milho	2	-	-	-	-
-	-	Molho de pimenta	1	-	-	-	-
-	-	Tomate	8	-	-	-	-

Fonte: autoria própria, 2022.

Notas: uma barraca pode vender mais de um dos produtos listados.

Todos os entrevistados alegaram a seca como a principal dificuldade para produção agrícola no sertão de Canindé, tendo que recorrer à outras fontes de água no período de estiagem. A falta de assistência técnica também é um agravante, além da falta de crédito, mão-de-obra insuficiente e preço dos insumos. Um dos agricultores relatou instabilidade energética como um limitante, pois as quedas frequentes de energia na sua região impossibilitam o funcionamento dos motores que drenam água dos poços. Em relação às dificuldades de comercialização, é unânime a falta de estrutura da feira. Os agricultores-feirantes reclamam da precariedade das barracas, feitas de caixas de plástico e madeira e lona, e da insegurança, já que a rua onde acontece a feira não é fechada pelos órgãos de trânsito municipal, sendo comum o

trânsito de motos entre as barracas. Além disso, quando chove, a rua alaga, impossibilitando o trabalho e chegando até a danificar mercadorias e barracas. A prefeitura municipal anunciou a reforma do parque de exposições do município para servir de local para realização das feiras, porém, os agricultores-feirantes mostram-se insatisfeitos e afirmam que não irão ocupar o local prometido pela prefeitura, pois este fica na saída da cidade, há 2,5 km de distância do centro da cidade, sem nenhuma possibilidade de transporte público, dificultando o acesso dos consumidores a feira.

Outro problema comentado pela maioria dos agricultores-feirantes foi a falta de clientes, provocada pela pandemia de Covid-19 e pela concorrência desleal, visto que redes de supermercados locais anunciam promoções para os dias de feira, terças e quartas-feiras, desmobilizando as vendas dos agricultores.

Por conta da pandemia de Covid-19, as atividades das feiras foram proibidas em vários municípios, inclusive em Canindé. Com isso, muitos agricultores-feirantes ficaram sem renda fixa, dependendo do auxílio emergencial, ou ainda buscando outras atividades, como é o caso de uma das agricultores-feirantes entrevistadas, que relatou trabalhar na farmácia de um amigo nesse período. Outro agricultor-feirante começou a vender seus produtos via delivery, recebendo encomendas pelo WhatsApp. Tiveram ainda três agricultores-feirantes que organizaram as feiras, mesmo com a proibição, pois não tinham outra opção de renda disponível. É importante pontuar que alguns agricultores-feirantes relataram, além da dificuldade financeira, problemas de saúde, principalmente depressão e ansiedade, ocasionadas pela insegurança alimentar e as incertezas que enfrentaram.

Em relação ao conhecimento sobre “agroecologia”, apenas dois dos 12 agricultores-feirantes entrevistados souberam conceituar o termo, embora a maioria soubesse o que agroecologia representa após a explicação do entrevistador, evidenciando as barreiras entre a academia, o conhecimento científico e a comunidade civil.

Considerações dos consumidores sobre as feiras livres de Canindé-CE

Para melhor entendimento dos dados, dividimos os resultados entre consumidores do circuito longo (C.L.), representados aqui pelos supermercados e mercantis, e do circuito curto (C.C.), a feira livre. Dos 63 consumidores participantes da pesquisa, 22 são consumidores de C.L. e 41 de C.C., equivalendo a, respectivamente, 35% e 65%. Em relação aos consumidores de C.L., 77% dos entrevistados são do gênero feminino, enquanto 23% são masculino. A faixa etária desses consumidores concentra 45% com idade entre 24 e 30 anos, 32% entre 18 e 23 anos, 14% entre 31 e 40 anos, e 9% entre 51 e 60 anos. Considerando a origem étnica (figura

2.a), 64% dos consumidores se autodeclararam pardos, enquanto 23% são brancos, 9% pretos e 4% amarelos. Outro dado importante a ser analisado é o grau de escolaridade dos consumidores de C.L (figura 2.b). Dos 22 consumidores, 41% possuem ensino superior completo, 32% ensino superior incompleto ou em curso, 23% ensino médio completo e 4% ensino médio incompleto. Embora 59% dos consumidores do C.L. considerem os preços dos produtos altos ou muito altos, justificam a escolha dos supermercados como principal fonte de alimentos por questões como confiabilidade, proximidade de casa, variedade de produtos, facilidade de compra (todos os produtos no mesmo lugar) e de pagamento (com cartões de créditos e parcelamento, e até pagar na “ficha”⁴). Sobre agroecologia e produtos orgânicos, 77% dos consumidores alegam saber o que é, embora 73% responderam não ter o hábito de consumir produtos orgânicos. O alto preço dos produtos orgânicos e a dificuldade de encontrá-los foram as principais causas apontadas pelos consumidores para não possuir tal hábito. Ainda foram relatadas outras causas, como distância da feira, o não conhecimento dos dias e horários de realização das feiras livres e a falta de mecanismos que identifiquem e assegurem produtos oriundos de produção orgânica e/ou agroecológica.

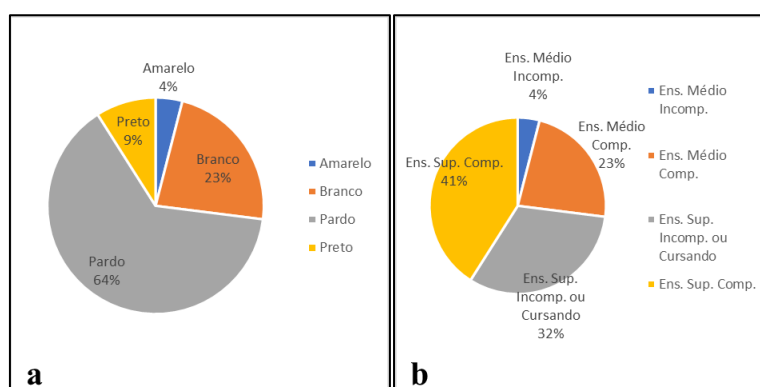


Figura 2. Origem étnica (a) e grau de escolaridade (b) dos consumidores de circuito longo em Canindé-CE, em 2022.

Fonte: autoria própria, 2022.

À título comparativo, Kluth *et al.* (2011) e Agence bio (2011) (apud DAROLT *et al.*, 2013, p. 8), afirmam que:

“Nas principais capitais do Brasil, a maioria dos consumidores de produtos orgânicos (72%) ainda compra em supermercados, mas boa parte já complementa suas compras em pequenos varejos: 42% recorrem a lojas especializadas e 35% a feiras do produtor. Na França, 47% das vendas de alimentos orgânicos (bio) acontecem em

⁴ Prática de comércio em que o comerciante anota as compras do consumidor em um caderno ou ficha para que sejam pagas em um dia a combinar.

supermercados, 36% em lojas especializadas e 17% em canais de venda direta.”

Em contrapartida, a Associação de Promoção dos Orgânicos (ORGANIS), em 2019, traz o “Panorama do Consumo de Orgânicos no Brasil”, que aponta que 87% dos entrevistados afirmam que preferem adquirir seus produtos orgânicos de feiras, e 61% de supermercados. Isso demonstra que, quase dez anos depois dos estudos citados acima, o consumo de produtos oriundos de feiras orgânicas cresceu, embora os supermercados ainda sejam fortes no setor.

Das 63 pessoas que se disponibilizaram a responder o formulário, tanto *online* quanto *in loco*, 41 delas são frequentadoras e consumidoras de produtos oriundos das feiras livres de Canindé. A distribuição de gênero dessas pessoas indica que 61% dos consumidores são do gênero feminino, enquanto 39% são masculino. A faixa etária mostrou-se diversa, com 32% dos consumidores entre 24 e 30 anos, 22% entre 31 e 40 anos e 18 e 23 anos, 12% entre 41 e 50 anos, 7% entre 51 e 60 anos, e 5% com mais de 60 anos. Quanto a origem étnica dos consumidores (figura 3.a), pessoas autodeclaradas pardas são maioria (49%), seguidas de brancos (27%), pretos (22%) e amarelos (2%). Não houve respostas de consumidores indígenas. Considerando o grau de escolaridade (figura 3.b), 39% dos consumidores têm ensino médio completo, 29% têm ensino superior incompleto ou cursando e 17% têm ensino superior completo.

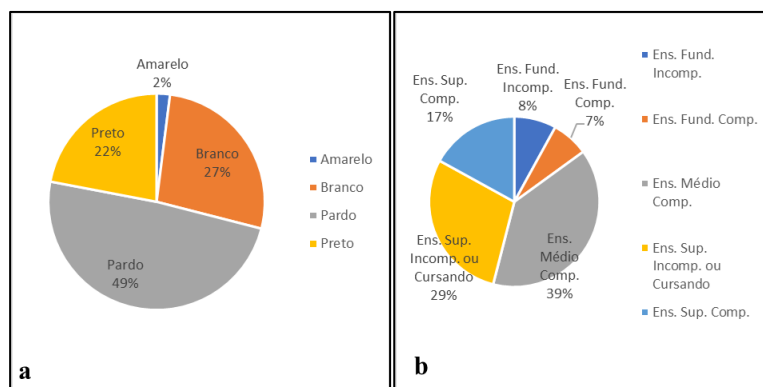


Figura 3. Origem étnica (a) e grau de escolaridade (b) dos consumidores de circuito curto em Canindé-CE, em 2022.

Fonte: autoria própria, 2022.

Uma importante observação está na comparação entre as figuras 2b e 3b, que trazem a distribuição dos consumidores de circuito longo e curto, respectivamente, de acordo com o grau de escolaridade. A maioria dos consumidores de C.L. apresentam ensino superior completo, enquanto que os consumidores de C.C. apresentam ensino médio completo. Isso pode ser explicado pelo fato de que a composição familiar de renda está intimamente ligada ao grau de escolaridade. Na teoria, quanto maior seu grau de escolaridade, mais oportunidades com boa

remuneração no mercado de trabalho. Por isso, acreditamos que os consumidores com grau de escolaridade mais baixa procuram na feira livre preços mais baixos em itens que também são encontrados em supermercados, porém, com preços mais elevados. Apesar disso, observamos que na figura 3b, o “*ensino superior incompleto ou cursando*” e “*ensino superior completo*” encontram-se como o segundo e terceiro mais apontado pelos consumidores, respectivamente, o que pode ser um reflexo da crise financeira e da disparada de preço dos itens que compõem a cesta básica brasileira, levando até mesmo os consumidores com uma renda um pouco maior a procurar opções mais acessíveis.

Apesar de a maioria dos consumidores frequentarem a feira livre há mais de quatro anos, 46% são frequentadores recentes, dos últimos três anos. Entre os motivos apontados para as compras nas feiras destacando-se confiabilidade, incentivo a economia local, contato próximo aos produtores, maior qualidade e melhores preços. A relação de preço e consumo evidencia-se quando 66% dos consumidores consideram o preço dos produtos justo tanto para o consumidor quanto para o agricultores-feirante, enquanto 32% considera razoável e 2% baixo. Miranda *et al.* (2021) traz três parâmetros que direcionam a discussão sobre a crescente procura dos consumidores por formas de mercado regionais, sendo eles “(i) a valorização de produtos alimentares de acordo com critérios de qualidade vinculados ao sabor, ao aroma e a textura; (ii) a construção de relações de confiança entre produtores e consumidores; (iii) o conhecimento por parte de quem consome sobre o local e as técnicas de produção utilizadas, e as questões socioeconômicas e ambientais relativas aos agentes envolvidos, etc”. A possibilidade de contato entre agricultor-feirante e consumidor, algo inexistente no circuito longo de comercialização, promove, além da troca de saberes, uma relação de confiança, tanto de consumidor-produtor, como também de consumidor-produto, considerando que ele tem plena consciência sobre os alimentos que está comprando e colocando na mesa de sua família.

Entre os produtos mais consumidos de origem animal estão ovos (54%), mel (19%), queijo (17%) e nata (7%). Para os produtos de origem vegetal, estão entre os mais consumidos cebola (92%), coentro (88%), cebolinha (85%), alho (78%), batata-inglesa (66%) e tomate (56%). A banana é apontada como a fruta mais consumida (98%), seguida pelo mamão (58%), limão (51%), goiaba (46%) e acerola (29%). A maioria dos consumidores consideram que a feira livre dispõe de uma boa variedade de produtos (54%), enquanto 34% consideram ótima e 12% consideram regular. Boa parte dos consumidores alegaram encontrar na feira livre todos os produtos de que precisa, porém, alguns relataram sentir falta de algumas frutas, como uva, maçã, ameixa e pêra; além de leite de vaca (que precisa ser encomendado) e cheiro verde (acaba

muito rápido). Um dos entrevistados alegou que sente falta da comercialização de animais vivos de pequeno porte, como suínos, ovinos e caprinos. 54% dos consumidores consideram os produtos ofertados na feira de ótima qualidade, 42% consideram de boa qualidade e 5% de qualidade razoável.

Sobra a localização central da feira livre, 44% consideram boa, 24% regular, 17% ótima e 15% ruim. Esses dados são importantes para elucidar que a maioria dos consumidores estão satisfeitos com a localização atual da feira. Não há dúvidas que a mudança de endereço da feira livre impactará negativamente tanto agricultores-feirantes quanto consumidores. A disponibilidade dos produtos na feira agrada 63% dos consumidores, que a consideram boa, seguido de 24% que considera regular, 7% ruim e 5% ótima. O atendimento dos agricultores-feirantes foi bem elogiado, com 54% dos consumidores considerando ótimo, 44% bom, e apenas 2% regular. A maioria dos entrevistados (41%) considera a divulgação da feira ruim, 37% considera regular e 22% boa. Entre as críticas deixadas pelos consumidores estão: pouca ou nenhuma divulgação da feira e dos dias e horários; falta de incentivo do poder público; estrutura inadequada para armazenagem dos produtos e desorganização.

Quando questionados sobre agroecologia e produtos orgânicos, 54% dos consumidores alegaram não saber ou não ter certeza sobre o que é, enquanto 46% responderam conhecer. Dos consumidores que alegaram conhecer, 37% não tem certeza se consomem produtos orgânicos no dia-a-dia. Isso está diretamente ligado à pergunta sobre os fatores que dificultam o seu consumo de produtos agroecológicos ou orgânicos, considerando que o principal fator dificultante é a disponibilidade e falta de mecanismos que assegurem a origem dos alimentos. Outra dificuldade apontada pelos consumidores são altos preços de produtos orgânicos, quando comprados fora das feiras livres. Um ponto interessante a ser observado é a falta de conhecimento dos consumidores que, por vezes, fazem uso de produtos orgânicos sem saber que são. Isso evidencia a falha de comunicação entre a ciência e a comunidade civil, que cunha termos para classificar os sistemas de alimentação e facilitar o entendimento do público em geral, mas peca em transmitir tais conhecimentos para àqueles que deveriam receber.

CONCLUSÕES

Com este artigo, conclui-se que, apesar de 83% dos agricultores-feirantes serem do gênero masculino, a presença feminina é notória e vale uma discussão aprofundada em um estudo sobre o papel das mulheres rurais na produção e comercialização de produtos agropecuários, não somente no município de Canindé, mas também em todo o sertão central,

visto que este é o cenário inicial da luta por terra no Ceará, como foi posto aqui, e a mulher está intimamente ligada ao desenvolvimento e resistência do campesinato brasileiro.

Outro dado importante a ser discutido é a faixa etária dos agricultores-feirantes, que se concentra acima de 40 anos. Isso pode trazer à tona a falta de incentivo da juventude do campo de permanecer com as atividades rurais, que encontra em outras áreas de atuação um melhor sustento e desenvolvimento de carreira. Ainda, fica evidente a importância das feiras livres para a manutenção de renda das famílias rurais, escancarada pela pandemia de Covid-19 e a paralisação das atividades de feiras.

É unânime entre os agricultores-feirantes e consumidores a necessidade de um espaço adequado para a realização das feiras livres. Porém, tal iniciativa deve ser conversada e acordada com os agricultores-feirantes, posto que são eles os principais interessados na melhoria do seu local de trabalho. Ações que não dialogam com a comunidade perdem a sua razão de ser. Um espaço que possibilite conforto e eficiência para o comércio hortifrutigranjeiro da agricultura familiar em Canindé é o primeiro passo para o desenvolvimento desse setor, contanto que seja eficiente e atenda as demandas daqueles que constroem a feira livre de Canindé, consumidores e agricultores-feirantes. Para exigir tais mudanças, faz-se necessário um processo organizatório dos agricultores-feirantes a fim de estabelecer uma força representativa.

Em sua maioria, os consumidores da feira livre de Canindé mostraram-se satisfeitos com o atendimento prestado pelos agricultores-feirantes, assim como julgaram como justo o preço dos produtos por eles comercializados. Embora haja pedidos de maior variedade de produtos na feira, a maioria afirma encontrar tudo que procura na feira.

Este artigo visa servir de referência para os agricultores, consumidores, e a quem interesse, para tomada de decisões e iniciativas que beneficiem a agricultura familiar canindeense. Assim como evidenciar a importância dos agricultores-feirantes, além do MST, que organizam e disponibilizam para a população alimentos de qualidade e em preços acessíveis, promovendo um justo comércio e uma relação saudável entre produtor e consumidor. Acima de tudo, este artigo objetiva dar um retorno concreto aos agricultores e consumidores, contando a história e o desenvolvimento desse espaço, além de tudo, cultural. Um trabalho acadêmico que não retorne à comunidade suas observações e conclusões não é aproveitado em sua totalidade.

A pandemia de Covid-19, ainda muito presente no dia-a-dia no momento da escrita

desse artigo, foi um grande limitante. Não foi possível fazer a coleta de dados da feira em seu período de maior atividade, como ocorria antes da pandemia. As famílias agricultoras estão voltando aos poucos, ainda com medo, a montar suas barracas e colocar seus produtos para comercialização. Apesar disso, este artigo estabeleceu um diálogo honesto e muito rico com os agricultores-feirantes que constroem as feiras livres de Canindé.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos agricultores-feirantes e consumidores que aceitaram participar desse estudo, nos recebendo com atenção, respeito e humildade; e aos representantes do MST Canindé (Brigada Mandacaru), que nos acompanharam e criaram pontes de diálogo entre universidade e agricultores.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Tarcisio Patrício de; LIMA, Roberto Alves de; MACAMBIRA, Júnior. Feiras Agroecológicas do Ceará. In: **Feiras agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição de renda do agricultor familiar**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2015. p. 231-267. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304215935_FEIRAS_AGROECOLOGICAS_institucionalidade_organizacao_e_importancia_para_a_composicao_da_renda_do_agricultor_familiar. Acesso em: 28 jun. 2022.
- BARBOSA, Gustavo José; ARRIEL, Nair Helena Castro. Feijão-fava e a agricultura familiar de Serraria, PB. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 387-403, set. 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/189650/1/Feijao-fava-e-a-agricultura-familiar.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- BARROS, Francisco Blaudes Sousa. **Japuara: um relato das entranhas do conflito**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. 226 p. Disponível em: http://www.nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/camponeses_e_ditadura/Japuara%20-%20Um%20relato%20das%20entranhas%20do%20conflito.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.
- BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Pronaf**. Brasília, DF, 01 jul. 1996. Seção 1, p. 11.854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1946-28-junho-1996-435815->

publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. Instrução Especial nº 20, de 28 de maio de 1980. **Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980.** Brasília, 12 jun. 1980. Seção 1, p. 11.606. Disponível em: https://alfonsin.com.br/wp-content/uploads/2012/11/IE20_2805801.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASÍLIA. Andreia Verdélio. Agência Brasil. **Primeira morte por covid-19 no Brasil aconteceu em 12 de março.** 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/primeira-morte-por-covid-19-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco>. Acesso em: 15 dez. 2021.

Canindé (CE). In: **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 16 p. 122-129. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. **Feiras no Nordeste.** Mercator: Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 87-101, jan. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273620629009.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2022.

DAROLT, Moacir Roberto. **Conexão ecológica:** novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2012. 162 p.

DIEESE (Brasil). Secretaria de Políticas Para As Mulheres (org.). **Trabalho e autonomia da mulher:** agricultura familiar. In: DIEESE (org.). **Anuário das mulheres brasileiras.** São Paulo: Dienesse, 2011. p. 131-136. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/anuario/2011/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS. **DISOC nº 69:** Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. São Paulo: Ipea, 2020. 30 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9996>. Acesso em: 15 dez. 2021.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009.

GONÇALVES, Tiago Estevam; MATOS, Fábio de Oliveira; BEZERRA, Eciane Soares da Silva. **O circuito inferior da economia urbana na festa de São Francisco de Assis em**

Canindé-CE. Geosul, 36, n. 79, p.143-164, mai./ago. 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.5007/2177-5230.2021.e74456>. Acesso em: 27 set. 2021.

GUZZATTI, Thaise Costa; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; TURNES, Valério Alécio.

Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 16, n. 3, 2014.

Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/852>. Acesso em: 8 jul. 2022.

IBGE. **Canindé**: população. 2021. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/caninde/panorama>. Acesso em: 02 ago. 2022.

IDEC. **Rota dos Orgânicos**. Revista do IDEC, São Paulo, n. 162, p. 20-23, fev., 2012.

Disponível em: https://www.idec.org.br/uploads/revistas_materias/pdfs/ed-162-pesquisa-organicos.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

Organização Pan-americana de Saúde (OPAS). **Histórico da pandemia de COVID-19**. 2020.

Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004. Disponível em:

<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/download/2061/2443>. Acesso em: 09 jul. 2022.

MAPA. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. 2022. Disponível em:

https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-organicos/CNPO_MAPA_01_07_2022.xlsx. Acesso em: 09 jul. 2022.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa *et al.* Construção social de mercados orgânicos: o caso das Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis-SC. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. 2021, v. 59, n. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.220071>. Acesso em: 9 jul. 2022.

ORGANIS. **Panorama do consumo de orgânicos no Brasil**. 2019. Disponível em:

<https://organis.org.br/wp-content/uploads/2020/12/PESQUISA-ORGANIS-2019-2020-07-11.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2022.

O MST: nossa história. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 09 jul. 2022

RAMOS, Crystiane Pontes. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. **Gênero**, Niterói, v. 15, n. 1, p. 29-46, set. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/download/31200/18289>. Acesso em: 09 jul. 2022.

RENTING, Henk; SCHERMER, Markus; ROSSI, Adanella. Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, Paris, France, v. 19, n. 3, p. 289–307, 2012. DOI: 10.48416/ij saf. v19i3.206. Disponível em: <https://ijsaf.org/index.php/ij saf/article/view/206>. Acesso em: 8 jul. 2022.

SOARES, Sergei *et al.* **Perfil da pobreza: norte e nordeste rurais.** Brasília: Centro Internacional de Políticas Para O Crescimento Inclusivo, 2016, p. 4-6. Disponível em: https://www.fida.org.br/assets/downloads/Perfil_da_pobreza_Norte_e_Nordeste_rurais.pdf. Acesso em: 09 jul. 2022.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** rupturas e continuidade. 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>. Acesso em: 14 dez. 2021.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 62 p. Disponível em: <http://jararaca.ufsm.br/websites/deaer/download/VIVIEN/Texto01/ManualDATER.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa.** 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011. 134 p. Disponível em: <https://www.atfcursosjuridicos.com.br/repositorio/material/3-leitura-extra-02.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.